



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

A **Administração** da InterneXA Brasil Operadora de Telecomunicações S.A. (“InterneXA Brasil” ou “Companhia”, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A InterneXA Brasil é uma Companhia de capital fechado devendo atuar no seguimento de telecomunicações no Brasil. A Companhia foi constituída em 04 de janeiro de 2010 e, desde então, a Administração passou a desenvolver estudos de viabilidade de negócios para atuar na área de telecomunicações no Brasil. Seu controle acionário pertence à InterneXA Participações S.A. (“InterneXA Participações”), uma companhia holding brasileira cujo controle pertence à colombiana InterneXA S.A. (“InterneXA”), que tem como principal atividade prestar serviços na área de telecomunicações, atuando na Colômbia, Peru, Chile, Brasil e Argentina. A InterneXA é controlada pelo Governo da Colômbia por meio da Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. (“ISA”). A Companhia tem em seu planejamento a previsão de continuar realizando investimentos em sua infraestrutura a fim de ampliar sua capacidade e garantir maior confiabilidade e qualidade nos serviços prestados aos seus clientes. A InterneXA Brasil é a primeira empresa do Grupo ISA a operar comercialmente na área de telecomunicações brasileira, integrando o processo de expansão do Grupo na América Latina.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

	Nota	2021	2020	01.01.2020
		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.767	7.520	5.176
Contas a receber	6	26.889	25.787	18.771
Impostos a recuperar	8	3.902	1.616	476
Adiantamento a fornecedores	7	15.719	6.992	281
Mútuo com partes relacionadas	23	556	—	—
Outros		411	389	39
		64.244	42.304	24.743
Não circulante				
Realizável a longo prazo		—	—	—
Contas a receber	6	—	1.307	2.252
Adiantamento a fornecedores	7	32.170	47.889	32.052
Impostos a recuperar	8	233	—	2.620
Depósito judicial		209	86	86
Mútuo com partes relacionadas	23	261	541	301
Outros		70	102	—
		32.943	49.925	37.311
Imobilizado	9	97.086	91.314	85.870
Ativo de direito de uso - Arrendamento	10	48.410	42.066	58.865
Intangível	11	107.253	91.386	92.411
		252.749	224.766	237.146
		285.692	274.691	274.457
		349.936	316.995	299.200
Total do ativo				

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019				
Prejuízo do exercício		309.739	(256.355)	53.384
Em 31 de dezembro de 2020		—	(18.029)	(18.029)
Aumento de capital	18 (a)	8.662	—	8.662
Prejuízo do exercício	18 (b)	—	(15.284)	(15.284)
Em 31 de dezembro de 2021	18 (a)	318.401	(289.668)	28.733

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A InterneXA Brasil Operadora de Telecomunicações S.A. (“InterneXA Brasil” ou “Companhia”) é uma Companhia nacional constituída em 4 de janeiro de 2010 sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. A Companhia tem sua sede na Rua Geraldo Flaúsinio Gomes, 78, Edifício Paulista de Seguros, 10º andar - Conjunto 101, Brooklyn Novo, São Paulo - SP. O objeto social da Companhia conforme previsto no artigo 3º de seu Estatuto Social compreende: (i) a exploração, prestação, organização, administração e comercialização de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, conforme definido na legislação em vigor; (ii) o desenvolvimento de atividades complementares aos serviços de telecomunicações, tais como operação, manutenção, planificação, construção, desenvolvimento e administração de redes de telecomunicações e a prestação de serviços de assessoria e consultoria em empreendimentos no setor de telecomunicações; e (iii) a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades e em consórcios e empreendimentos comerciais relacionados ao seu objeto social. A Companhia é controlada pela InterneXA Participações S.A. (“InterneXA Participações”), empresa holding brasileira cujo controle é da empresa colombiana InterneXA S.A. (“InterneXA”), que tem como principal atividade prestar serviços na área de telecomunicações, atuando na Colômbia, Peru, Equador, Chile e Argentina por meio das empresas InterneXA S.A., InterneXA Peru S.A., InterneXA S.A. E.I.M.A., InterneXA Chile S.A. e Transamerican Telecommunication S.A., respectivamente. A InterneXA é controlada pelo Governo da Colômbia por meio da empresa Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. (“ISA”). Em setembro de 2010 obtive junto à ANATEL autorização para explorar, por prazo indefinido, Serviços de Comunicação Multimídia - SCM nos termos do Ato nº 5.865 de 9 de setembro de 2010, publicado no D.O.U. em 16 de setembro de 2010. Em 2012 a Companhia iniciou suas operações comerciais prestando serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia (SCM). 1.1. **Impactos da COVID-19:** A Companhia analisou e não identificou alterações significativas na operação em função dos impactos decorrentes da COVID-19. Até o momento, não houve impacto relevante aos negócios que pudessem requerer alguma menção ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. A Companhia segue monitorando a evolução do quadro da pandemia e reavalia constantemente as medidas adotadas para garantir aderência das ações a cada momento desta nova realidade. 1.2. **Situação econômica e financeira:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$11.103 (R\$101.912 em 31 de dezembro de 2020) decorrente do volume de investimentos necessários em projetos de aumento e melhoria da capacidade de entrega dos serviços. Em 31 de dezembro de 2021, parte do projeto encontra-se em desenvolvimento para atingir a condição de funcionamento na forma final, pretendida pela Administração. Eventuais necessidades de recursos para a continuidade operacional da Companhia serão mantidos por empresas do Grupo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. **Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, exceto quando ao resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. Em 16 de maio de 2022, as demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração. 2.2. **Representação das demonstrações financeiras de 2020:** Estão sendo representados, retrospectivamente, os saldos das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e 1 de janeiro de 2020, com base na aplicação do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, com o objetivo de refletir os adiantamentos efetuados a fornecedores para aquisição de direito de uso, considerando a exclusão dos efeitos da contabilização das variações cambiais sobre tais adiantamentos.

	2020		01.01.2020	
	Reapresentado	Anterior	Reapresentado	Anterior
Ativo circulante				
Adiantamento a fornecedores	6.992	8.140	281	281
Ativo não circulante				
Adiantamento a fornecedores	47.889	56.283	32.052	33.084
	<u>54.881</u>	<u>64.423</u>	<u>32.333</u>	<u>33.365</u>

2.3. **Continuidade operacional:** A Administração e os Conselheiros da Companhia têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que o Grupo possua recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. 2.4. **Declaração de relevância:** A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OPCN 7, com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio. 2.5. **Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e também de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o real) utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os seus encaixamentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. 2.6. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisados a menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: 2.6.1. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido da dívida das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa as quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuirão. Se tal indicativo existir, a Administração estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável é feito anualmente em 31 de dezembro, ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ativo alocado à unidade geradora de caixa, e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2021 não há indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, que não tenham sido registradas pela Companhia. 2.6.2. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A avaliação da probabilidade de perda incluída à avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 2.6.3. **Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o

2 - PERFIL DA COMPANHIA

A InterneXA Brasil é uma companhia nacional constituída em 04 de janeiro de 2010 sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. O objeto social da Companhia compreende a exploração, prestação, organização, administração e comercialização de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, conforme definido na legislação em vigor; o desenvolvimento de atividades complementares aos serviços de telecomunicações, tais como operação, manutenção, planificação, construção, desenvolvimento e administração de redes de telecomunicações e a prestação de serviços de assessoria e consultoria em empreendimentos no setor de telecomunicações; e a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades e em consórcios e empreendimentos comerciais relacionados ao seu objeto social. Em setembro de 2010, obtive junto à ANATEL autorização para explorar Serviços de Comunicação Multimídia - SCM nos termos do Ato nº 5.865 de 09 de setembro de 2010, publicado no D.O.U. em 16/09/2010.

Em 2012, após a conclusão dos investimentos necessários, a companhia iniciou suas operações prestando serviços de telecomunicações na modalidade SCM. Dando continuidade ao plano de expansão dos negócios no Brasil em outubro de 2013, por meio da Controlada ITX Capital Participações Ltda. (“ITX Capital”), empresa recém constituída, foram adquiridas as empresas Nelson Quintas Investimentos Cíveis Ltda. (“NQIC”), Nelson Quintas de Telecomunicações Ltda. (“NQIT”) e a IPNET Serviços de Internet Ltda. (“IPNET”), empresas localizadas no estado do Rio de Janeiro que atuam no segmento de Telecomunicações e que tem como

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2021	2020	01.01.2020
		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	12	38.346	32.275	29.683
Arrendamento	13	16.226	12.273	11.215
Empréstimos e financiamentos	14	112.282	89.298	75.003
Obrigações trabalhistas		3.458	3.568	2.291
Tributos e encargos sociais a recolher	15	4.241	6.603	4.052
Provisões para demandas judiciais	17	793	—	—
Adiantamento a clientes		—	199	43
		175.346	144.216	122.287
Não circulante				
Fornecedores	12	5.242	6.138	6.966
Arrendamento	13	35.837	32.823	38.687
Empréstimos e financiamentos	14	90.059	83.341	60.848
Tributos e encargos sociais a recolher	15	1.742	—	41
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	12.058	13.891	15.943
Provisão para demandas judiciais	17	919	1.231	1.044
		145.857	137.424	123.529
Patrimônio líquido				
Capital social	18 (a)	318.401	309.739	309.739
Prejuízos acumulados	18 (b)	(289.668)	(274.384)	(256.355)
		28.733	35.355	53.384
		349.936	316.995	299.200
Total do passivo e patrimônio líquido				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para prováveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. 2.6.4. **Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa:** A Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização de contas a receber. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber, os clientes são avaliados o montante e as características de cada um dos recebíveis, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada provisão no balanço em montante suficiente para cobertura da perda provável. 2.6.5. **Ativo imobilizado e intangível:** O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão. Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado, é registrada o ajuste do valor na demonstração do resultado do período. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 **Apureza do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. 3.2 **Reconhecimento de receitas:** As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela prestação de serviços realizadas no curso regular das atividades de prestação de serviços de telecomunicações e de comunicações, incidentes sobre esses serviços. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos à Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia. As receitas são contabilizadas pelo regime de competência com base nos valores contratados. As receitas não faturadas entre a data do último faturamento até a data do balanço são reconhecidas no mês em que os serviços são prestados. As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços (ISS) à tributação pelo Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Impostos sobre Comercialização de Mercadorias e Serviços (ICMS). As receitas são oriundas de serviços prestados nacionais e internacionais nas seguintes modalidades: • **ITX Carrier Ethernet:** é um tipo de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), no qual a Empresa realiza o transporte de informações sobre o protocolo mais popular no mercado no presente, permitindo que o cliente obtenha todas as vantagens de uma rede Ethernet como uma topologia adaptável à suas necessidades, largura de banda escalável e as condições de serviço exigidas pelo seu negócio, com o uso de mecanismos padrão e políticas prestabelecidas para o serviço. • **ITX IP Access NG:** é um serviço de comunicação que aproxima os conteúdos de Internet aos usuários finais, por meio de uma conexão à Internet associada a um esquema de múltiplas conexões a múltiplos endereços de conteúdos de Internet, incluindo distribuição de conteúdo na região Sul-americana. • **Data Center:** este serviço, também conhecido como “Collocation”, consiste na disponibilização do espaço físico e de toda a infraestrutura necessária para que terceiros instalem seus servidores no Data Center da Companhia “Data Center Help Desk”, (literalmente “balcão de ajuda”) é um serviço de apoio a usuários, oferecido pela Companhia, para suporte e resolução de problemas técnicos que tenham relação com hardware, software e/ou requerimentos de serviço em matéria de tecnologia da informação. • **Antídotos:** Proteção Distribuída - Firewall - A proteção Anti DDos prestada pela Companhia é baseada na instalação de um sistema composto pelo Arbor Service Provider, que monitora constantemente o tráfego que atravessa a rede da Companhia e pelo Arbor Threat Management System, que analisa em detalhe os pacotes para descartar aqueles que contenham conteúdo malicioso.

• **Crossconexão:** conexão física através de cabo UTP ou fibra ótica de um equipamento a outro, dentro das data centers da Companhia. • **Instalação de equipamentos:** conjunto de atividades destinadas à implementação do sistema de instalação, etc. 3.3 **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social é determinado sobre: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas. 3.4 **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social é determinado sobre: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos não mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **Impostos sobre as vendas:** As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, e alíquotas básicas:

	Alíquota
PIS	0,65% e 1,65%
COFINS	3,00% e 7,60%
ICMS	25,0% a 32,0%
ISS	2,0% e 5,0%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas nas demonstrações dos resultados. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente nas suas respectivas contas de despesas na demonstração do resultado. 3.4 **Instrumentos financeiros:** A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) **Ativos financeiros:** i) **Classificação e mensuração:** Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: • **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros designados para negociação e mensurados ao custo amortizado. Ativos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa (exceto caixa e bancos). • **Custo amortizado:** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados a caixa e bancos, contas a receber, partes relacionadas e depósitos judiciais. ii) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) **Base de ativos financeiros:** A baseia (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais dos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os principais passivos financeiros classificados nesta categoria referem-se a fornecedores, partes relacionadas, arrendamentos, e empréstimos e

principal fonte de receita a prestação de Serviços de Comunicação Multimídia - SCM, basicamente o *IP Transit* (acesso IP aos provedores de internet que possuem os clientes finais), e o *Clear Channel* (transporte de informações ou dados multimídia). Em março de 2015, a Companhia incorporou a ITX Capital Participações Ltda. Essa incorporação estava inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária da Companhia, visando redução de custos de natureza operacional, administrativa e financeira. Em outubro de 2015, a Companhia adquiriu o direito irrevogável de uso de fibras ópticas apagadas nos sistemas submarinos SAM-1, BRUSA e PCCS, permitindo interligar a rede da Companhia com os USA e a rede regional da InterneXA. Durante os anos de 2015 a 2021 a Companhia continuou, e assim pretende se manter nos próximos anos, investindo em sua rede, ampliando a capacidade, lançando novos produtos e aumentando a confiabilidade de todo o sistema. Embora a Companhia tenha encerrado o exercício de 2021 com prejuízo do ordem de R\$ 15,2 milhões, a empresa obteve um aumento de 3% nas vendas em relação a 2020, obtendo um resultado bruto positivo na ordem de R\$17 milhões. As expectativas para 2022 são boas, reduzindo custos e gastos e pela melhoria do portfólio de produtos da Companhia, fazendo com que a InterneXA possa continuar se fortalecendo e participando do processo de crescimento do País.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2021	2020
		(reapresentado)	(reapresentado)
Receita operacional líquida	19	101.792	98.966</



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de Dezembro de 2021 e 2020

→ *continuação*

ativos específicos: Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, caso as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **3.10 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente e certa como resultado de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e a liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.11 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, as despesas e os custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecer-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras na demonstração do resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. **3.13 Demonstrações dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.14 Arrendamentos:** a) **A Companhia como arrendatária:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. • **Arrendatária:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. • **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: - Arrendamento em espaço de propriedades: 3 a 9 anos; - Arrendamento em espaço em torres de telecomunicações: 3 a 9 anos; - Arrendamento em fibra óptica: 2,6 a 23 anos; - Arrendamento Racks e Collocation: 2 a 4 anos; - Arrendamento a equipamentos: 2 a 3 anos. • **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa implícita encontrada na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente. • **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Também se aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor.

14. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 11 - Contratos de Seguro			
CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação			
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2	IFRS 4	
CPC 06 (R2) - Arrendamentos		IFRS 7 IFRS 9	01.01.2021
CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração		IFRS 16 IAS 39	
	Impacto da aplicação inicial da alteração IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19.	IFRS 16	01.01.2021

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	IFRS 17	01.01.2023
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10	Não definida
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto		IAS 28	
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 1	01.01.2023
CPC 15 (R1) - Combinação de negócios	Referência à Estrutura Conceitual	IFRS 3	01.01.2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Imobilização: Recursos Antes do Uso Pretendido	IAS 16	01.01.2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato	IAS 37	01.01.2022
CPC 27 (R1) - Ativo Imobilizado			
CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos			
CPCs 15 a 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	IFRS 9	01.01.2022
CPC 48 - Instrumentos Financeiros		IFRS 9	
CPC 06 (R2) - Arrendamentos		IFRS 16	
CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola		IAS 41	
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	IAS 8	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction")	IAS 12	01.01.2023

• CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de Seguros; • CPC 26 (IAS 1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (classificação de passivos como circulante ou não circulante). Exceto pelo pronunciamento IFRS 17 - Contrato de Seguros, norma ainda não emitida no Brasil, que tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras, não sendo aplicável à Companhia, a Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos demais pronunciamentos destacados acima.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	% CDI	2021	2020
Caixa e bancos	-	1.004	578
Aplicações financeiras (CDB)	98% a 100%	15.763	6.942
		16.767	7.520

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com rentabilidade média de 98% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), designado ao valor justo contra o resultado, com prazos de vencimento variáveis, porém, resgatáveis a qualquer momento com o emissor, sem perda significativa de valor.

6. CONTAS A RECEBER

	2021	2020
Contas a receber de clientes	34.667	36.077
Partes relacionadas a receber (nota 23)	9.258	7.626
	43.925	43.703
(-) Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa	(17.036)	(16.609)
	26.889	27.094
	26.889	25.787
	-	1.307

As contas a receber por vencimento estão assim apresentadas:

	2021	2020
A vencer	14.476	14.949
Vencidas	-	-
De 01 a 30 dias	1.963	3.070
De 31 a 60 dias	1.379	2.342
De 61 a 180 dias	3.681	4.372
Mais de 181 dias	22.425	18.970
	43.925	43.703

A movimentação da Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (PPCLD) é como segue:

	2021	2020
Saldo em 2019	-	(17.214)
Reversões (nota 21)	-	605
Saldo em 2020	-	(16.609)
Provisões (nota 21)	-	427
Saldo em 2021	-	(17.036)

7. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	2021	2020
Adiantamento a fornecedor	47.889	54.881
	47.889	54.881
	15.719	6.992
	32.170	47.889

Circulante

Não circulante

A Companhia adquiriu junto ao fornecedor Telxius direito irrevogável de Uso de Frações de pares de Fibra Óptica Escura. O contrato prevê entregas parciais de capacidades de uso ("pacotes") no período entre os anos 2021 e 2024. Para ter acesso a esses pacotes a Companhia, conforme determinado em contrato, efetuou adiantamentos anuais a partir do exercício de 2018. Não ocorreram adiantamentos no exercício de 2021 (R\$22.388 em 2020). A Companhia possui a obrigação contratual remanescente de pagar o montante de US\$ 24.936, correspondente a R\$139.155 à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2021, que serão pagos no ano de entrega de cada pacote, sendo que a entrega do quarto pacote ocorreu em 15 de janeiro de 2021.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2021	2020
ICMS a recuperar (a)	233	1.124
Imposto de renda retido na fonte	84	136
Saldo Negativo IRPJ e CSLL	785	-
PIS e COFINS s/ exclusão ICMS da base (b)	2.490	-
Outros	4.125	356
	4.125	1.616
	3.902	1.616
	233	-

Circulante

Não circulante

(a) Refere-se a créditos de ICMS oriundos de períodos anteriores, com previsão de aproveitamento futuro; (b) Em 11 de março de 2021 ocorreu a sentença transitada em julgado relativa ao reconhecimento da exclusão do valor do ICMS destacado em nota fiscal e do direito ao crédito dos 5 anos anteriores a propositura da ação. A RFB homologou o crédito de R\$7.557 em junho de 2021, desde então a Companhia vem realizando o aproveitamento via compensação, tendo utilizado o montante de 3.840.

9. IMOBILIZADO

	2021	2020
Depreciação acumulada	-	-
Líquido	18.758	17.719
	23	124
	84	136
	785	-
	2.490	-
	4.125	356
	4.125	1.616
	3.902	1.616
	233	-

Em serviço

Equipamentos e rede de telecomunicações

Equipamentos de telecomunicações

(enlaces nacionais - Backbone terrestre)

Equipamentos de informática

Veículos, máquinas e equipamentos

Móveis e utensílios

<



Internexa Brasil Operadora de Telecomunicações S.A.

Companhia Fechada - CNPJ nº 11.620.561/0001-00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de Dezembro de 2021 e 2020

—☆ continuação

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Valor justo por meio do resultado

	Nível	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras (CDB)	2	15.765	6.942
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	2	1.004	578
Contas a receber e partes relacionadas	—	26.889	27.094
Mútuo com partes relacionadas		817	541
Depósitos Judiciais	—	209	86

Passivos financeiros

Custo amortizado

Empréstimos e financiamentos			
Circulante	—	112.282	89.298
Não circulante	—	90.059	83.341
Arrendamento			
Circulante	—	16.226	12.273
Não circulante	—	35.837	32.823
Fornecedores	—	43.588	38.414

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no Nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. b) **Financiamentos:** O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	2021	2020
Empréstimos e financiamentos circulante e não circulante	(202.341)	(172.639)
Arrendamento	(52.063)	(45.096)
Dívida total	(254.404)	(217.735)
Caixa e equivalentes de caixa	16.767	7.520
Dívida líquida	(237.637)	(210.215)
Patrimônio líquido	28.733	44.897
Índice de endividamento líquido	(8,27)	(4,68)

* informação não auditada.

c) **Gerenciamento de riscos:** A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de preço; • Risco de taxas de juros; • Risco de taxa de câmbio; • Risco de liquidez. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de seus instrumentos financeiros: (i) Risco de crédito: o risco de crédito é inerente à prestação de serviços e está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de dificuldades em cobrar os valores faturados

aos clientes. Para que esse tipo de risco seja reduzido, a Companhia realiza análises de crédito auxiliando a gerência de risco quanto a problemas de cobrança e monitora a carteira de clientes bloqueando a capacidade de utilização de serviços caso os clientes não paguem suas faturas. Todos os serviços prestados pela Companhia estão amparados por contratos firmados entre a Companhia e seus clientes. (ii) Risco de preço: os preços dos serviços prestados pela Companhia estão compatíveis aos preços praticados no mercado. Geralmente os serviços são contratados por um prazo mínimo de 12 meses. (iii) Risco de taxas de juros: o valor de aplicações financeiras está fixado à 100% da taxa CDI. A atualização dos contratos de financiamento está fixada às taxas Libor (180 dias) e CDI. (iv) Risco de taxa de câmbio: a Companhia possui dois empréstimos em moeda estrangeira denominados em dólares norte-americanos (nota 14) e não contratou instrumento financeiro derivativo (swap) para proteção para a variação cambial. Em relação ao faturamento, a Companhia possui alguns clientes no exterior, que representam menos de 20% do faturamento anual da Companhia. d) **Sensibilidade:** Para avaliar os efeitos da variação no fluxo de caixa da Companhia, a análise de sensibilidade considera como cenário provável a cotação das taxas de juros (CDI Over e LIBOR 6 meses), informadas no quadro a seguir. Sobre essas taxas, foram aplicadas variações positivas e negativas de 25% e 50%.

Risco de juros - efeito no fluxo de caixa da companhia

Operação	Risco	Saldo em 31/12/2021	Cenário Base	Risco de elevação dos indicadores		Risco de queda dos indicadores	
				Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	98% a 100% CDI	15.763	1.428	1.785	2.142	1.071	714
		15.763	1.428	1.785	2.142	1.071	714

Passivos Financeiros							
Banco Itaú S.A.	CDI + 3,28% a.a.	32.367	4.120	4.885	5.650	3.356	2.591
Banco Safra	CDI + 2,30% a.a.	10.055	1.172	1.408	1.643	937	702
Banco Safra	CDI + 2,50% a.a.	12.181	1.447	1.733	2.018	1.161	876
Banco Safra	CDI + 4,59% a.a.	4.022	570	666	762	473	377
Santander	CDI + 4,50% a.a.	11.595	1.630	1.908	2.185	1.353	1.076
Banco ABC	CDI + 3,91% a.a.	5.950	798	940	1.081	657	516
Banco ABC	CDI + 3,41% a.a.	9.816	1.264	1.496	1.728	1.031	799
Banco ABC	CDI + 3,90% a.a.	5.540	743	874	1.006	611	479
Banco CCB	CDI + 4,28% a.a.	30.103	4.161	4.879	5.597	3.443	2.725
Banco CCB	CDI + 4,28% a.a.	20.181	2.789	3.271	3.752	2.308	1.827
Banco BOCOM	CDI + 3,10% a.a.	7.933	994	1.181	1.368	807	620
Internexa S.A.	LIBOR + 3,50% a.a.	26.498	1.020	1.044	1.067	974	974
Internexa S.A.	LIBOR + 2,77% a.a.	9.258	290	295	306	281	273
Internexa Peru	LIBOR + 2,77% a.a.	16.842	525	540	554	510	496
		202.341	21.523	25.120	28.716	17.926	14.329
		(20.095)	(23.335)	(26.575)	(16.855)	(13.615)	

Efeito líquido da variação**Referência para ativos e passivos financeiros**

CDI over (31/12/2022) 9,15% 11,44% 13,73% 6,86% 4,58%
LIBOR 6 meses (31/12/2022) 0,34% 0,42% 0,51% 0,25% 0,17%
(v) Risco de liquidez: é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Administração da Companhia acredita que o fluxo de caixa operacional, e de caixa e equivalentes

DIRETORIA

Jaime Alberto de Jesus Pelaez Presidente do Conselho de Administração	Juan Carlos Hoyos Velez Diretor Financeiro	Diego Andrés Vélez Jaramillo Conselheiro	Roseli Tegani Diretora Presidente	Diego Gabriel Nagy Diretor Operações Digitais
--	---	---	--------------------------------------	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da **Internexa Brasil Operadora de Telecomunicações S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Internexa Brasil Operadora de Telecomunicações S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Internexa Brasil Operadora de Telecomunicações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Valores correspondentes ao exercício anterior: O exame das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes reapresentação para exclusão dos efeitos de variação cambial sobre adiantamentos a fornecedores descritos na nota explicativa 2.2 às demonstrações financeiras, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 28 de maio de 2021. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2021, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 2.2 às demonstrações financeiras, que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis de 2020. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2020, e, portanto,

não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis de 2020 tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)
de caixa e o acesso às linhas de créditos de curto prazo são suficientes para financiar suas despesas de capital, o passivo financeiro e outros pagamentos eventuais futuros. **A Companhia é remunerada pela administração e comercialização de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Companhia faz gestão de eventuais alterações no cronograma que possam impactar os recebimentos. São três suportes externos que sustentam a posição da Companhia: i - A carta de going concern assinada pela Matriz Internexa S.A. - Colômbia; ii - Renegociação das dívidas com os bancos. iii - Renegociação dos pacotes de Cabo submarino com a empresa Telxius que foram negociados e serão quitados pelas subsidiárias Internexa Chile e Internexa Peru, e demais paquestes estão em renegociação. iv - Capitalização dos empréstimos intercompany em maio/2022.**

Risco de liquidez

	até 1 mês	1º trim	2º trim	3º trim	4º trim	Após 4º trim	2021 Total	2020 Total
Passivos Financeiros								
Fornecedores	4.418	18.109	2.504	1.699	338	5.283	32.350	29.844
Fornecedores Intercompany	—	11.238	—	—	—	—	11.238	8.569
Empréstimos e Financiamentos	—	11.100	—	—	47.781	91.806	150.687	89.298
Empréstimos Intercompany	—	—	51.654	—	—	—	51.654	—
Arrendamento	—	4.057	4.057	4.057	4.057	35.837	52.064	45.096

25. SEGUROS

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais e responsabilidade civil. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses estão cobertos por seguros e os respectivos montantes e vigências são demonstrados a seguir:

Seguradora	Modalidade	Vigência	Importância segurada (R\$)	Prêmio (R\$)
Zurich	Riscos diversos (cibernéticos)	28/02/2022	162.935	834
Chubb	Riscos diversos (equipamentos)	14/04/2022	75.136	107
Zurich	Riscos diversos (fraudes)	30/11/2022	5.228	61
Fairfax	Responsabilidade Civil Geral	16/01/2023	5.000	21
Zurich	Responsabilidade Civil D&O	27/02/2022	6.680	12
Porto Seguro	Locatício (SP)	31/01/2024	346	82
Porto Seguro	Locatício (RJ)	12/06/2022	3.051	2
Porto Seguro	Locatício (RS)	12/06/2022	72	5
				1.124

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. Na data de divulgação das Demonstrações Financeiras, os seguros se encontram em processo de renovação.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Renegociação: A Companhia e a Telxius Cable Brasil Ltda. celebraram a quitação do contrato de direito de uso de frações do pacote 3; e b) Capitalização: Os empréstimos com a Internexa S.A. (Colômbia) no valor de R\$ 33.323 (trinta e três milhões, trezentos vinte e três mil) e o empréstimo com Internexa Peru no valor de R\$15.401 (quinze milhões, quatrocentos e um mil) foram integralizados.

CONTADOR

Paulo Rogerio Magri
CRC: 1SP181645/O-5

para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de maio de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Renato Vieira Lima

Contador

CRC nº 1 SP 257330/O-5

Deloitte